

AVALIAÇÃO DO FOMENTO DE PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO APOIADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE 2002 A 2017

EVALUATION OF RESEARCH PROMOTION IN FOOD AND NUTRITION SUPPORTED BY THE MINISTRY OF HEALTH, FROM 2002 TO 2017

Patricia de Campos Couto¹; Erica Ell²; Ana Cláudia Figueiró³; Denise de Oliveira e Silva⁴

RESUMO

O incentivo à pesquisa em saúde é indispensável para apoiar a tomada de decisão no enfrentamento dos problemas sociais. Este artigo objetiva analisar o fomento à pesquisa do Ministério da Saúde sobre Alimentação e Nutrição. Trata-se de estudo descritivo com base em informações do período entre 2002 a 2017, extraídas da plataforma eletrônica “Pesquisa Saúde” do Ministério da Saúde, sendo consolidadas e analisadas utilizando-se o software Excel. Foram fomentadas 283 pesquisas relacionadas à temática, sendo 187 na modalidade fomento nacional, 92 por meio do fomento descentralizado e 4 pesquisas por contratação direta. Verificou-se que não houve distribuição homogênea do fomento ao longo dos anos estudados. Houve predomínio de pesquisas epidemiológicas, clínicas e de saúde coletiva. A temática mais contemplada foi segurança alimentar, refletindo a abrangência de ações que englobam essa linha. O fomento constante da pesquisa em alimentação e nutrição tem sido importante para promover a expansão da ciência e enfrentar as disparidades regionais na distribuição dos recursos nessa área.

PALAVRAS-CHAVE: *Alimentação; Nutrição; Avaliação da Pesquisa em Saúde, Agenda de Pesquisa em Saúde.*

ABSTRACT

Encouraging health research is essential to support decision-making in addressing social problems. This article aims to analyze the research promotion by Ministry of Health on Food and Nutrition. This is a descriptive study based on information related to research between 2002 and 2017, which data was extracted from the Ministry of Health electronic platform "Pesquisa Saúde", consolidated and analyzed using software Excel. It was financed 283 researches related to food and nutrition, being 187 in the national modality, 92 through decentralized modality and 4 surveys by direct contracting. There was no homogeneous distribution of the development during the studied years. Epidemiological, clinical and public health researches predominated. Food security was the theme more studied, reflecting the scope of actions that encompass this line. The constant promotion of food and nutrition research has been important in promoting the expansion of science and addressing regional disparities in the distribution of resources in this area.

KEYWORDS: *Food; Nutrition; Evaluation of health research; Health research agenda.*

¹ Nutricionista, Mestre em Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ, trabalha no Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde

² Nutricionista, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR, trabalha na Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz

³ Nutricionista, Doutora em Saúde Pública/Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz-PE, trabalha na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz

⁴ Nutricionista, Doutora em Ciências da Saúde, UNB, trabalha na Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica e tecnológica em saúde é um componente indispensável ao fortalecimento do sistema de saúde e deve estar referenciada em prioridades definidas pela política de saúde¹. No Brasil, à gestão pública federal, de competência do Ministério da Saúde (MS), cabe formular, coordenar, implementar e avaliar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS)².

Cabe à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS)³, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), cuja prioridade é o financiamento de pesquisas com relevância para o SUS, atuar sobre as ações relativas à produção e disseminação do conhecimento científico de interesse para gestores de saúde, comunidade científica e sociedade em geral⁴.

Os esforços do Decit para o investimento em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico em saúde no Brasil, no âmbito da Política Nacional de Saúde (PNS), considera três modalidades de fomento⁵: (1) fomento nacional, por meio do lançamento de chamadas nacionais, com oportunidades para pesquisadores de todo o país se dedicarem a temas considerados prioritários para a saúde pública; (2) fomento descentralizado, também denominado Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), pelo qual cada Unidade Federativa (UF) em parceria com o MS, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e as Fundações de Amparo à Pesquisa, lança, a cada dois anos, chamadas em diversas áreas temáticas de acordo com as peculiaridades e especificidades de cada UF⁶; e (3) contratação direta de pesquisas, quando se espera produzir conhecimento em determinado tema, em função de uma urgência ou demanda específica em caráter excepcional.

Compreender a relevância da ciência e da pesquisa para gerar conhecimento necessário para solucionar problemas sociais e para a tomada de decisão⁷ demanda reconhecer a importância da informação, do conhecimento, da comunidade e da comunicação científica⁸. A informação adquirida e organizada gera o conhecimento científico e permite alcançar a compreensão de fatos⁸.

O objetivo desse artigo é analisar o fomento à pesquisa voltados às temáticas de Alimentação e Nutrição (A&N) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) entre 2002 a 2017.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo das informações relativas aos projetos de pesquisas fomentados pelo Decit, por meio de chamadas públicas envolvendo a temática da A&N entre 2002 a 2017. A área temática foi selecionada por ter sido um dos primeiros núcleos de fomento em pesquisas do MS. Os dados utilizados são de acesso público e estão disponíveis na plataforma eletrônica “Pesquisa Saúde”, no endereço eletrônico <http://pesquisasaude.saude.gov.br/>. O corte temporal corresponde ao período em que há estudos disponíveis na plataforma.

O site “Pesquisa Saúde” disponibiliza informações sobre os projetos de pesquisa fomentados pelo Decit desde 2002, e a busca de dados pode ser realizada por meio de diferentes filtros. Iniciou-

se pela busca de projetos financiados em todas as áreas. Na sequência, foi utilizado o filtro “subagenda Alimentação e Nutrição” para identificar o que foi produzido e classificado nesse tema.

Dentre as informações disponíveis, foram tratadas as variáveis referentes à modalidade de fomento, ano de aprovação do projeto, UF, recursos investidos e tipos de pesquisa. Em seguida, os estudos foram classificados conforme os temas que compõe a subagenda A&N integrante da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), visando verificar as prioridades mais contempladas. Os seis temas da subagenda A&N são: amamentação e alimentação complementar da criança; carências nutricionais por micronutrientes; desenvolvimento e validação de metodologias; desnutrição energético-proteica; segurança alimentar; sobrepeso e obesidade⁹. No processo de classificação foi criada a categoria ‘outros’ para os estudos que não pertenciam a nenhuma das seis linhas de pesquisa da subagenda.

A classificação dos estudos foi realizada com base nas informações dos campos ‘título’ e ‘resumo’ dos projetos contidos no site “Pesquisa Saúde”, uma vez que outras informações, como ‘objetivo’ e a ‘metodologia’ dos projetos, apresentavam 37% dos campos sem preenchimento na plataforma.

Os dados extraídos do “Pesquisa Saúde” foram consolidados e analisados utilizando-se o *software* Microsoft Excel e estão expressos em frequências absolutas e frequências relativas.

RESULTADOS

No período entre 2002 a 2017, foram fomentados 5.925 projetos de pesquisa pelo Decit, com um investimento total de R\$ 1.111.824.607,44. Desses projetos, 283 (4,8%) estão relacionados à temática de Alimentação e Nutrição (A&N), correspondendo a R\$ 17.339.596,00 (1,5%) do fomento do Ministério da Saúde em pesquisas.

Ao considerar a subagenda de A&N, a maior parte do recurso destinado (64,0%) envolveu sete chamadas públicas lançadas para todos os pesquisadores brasileiros (fomento nacional), resultando em 187 pesquisas contratadas. Além disso, foram investidos R\$ 4.972.975,13 (29,0%) no fomento descentralizado, via Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), que contratou 92 pesquisas por meio de 60 chamadas públicas. Ainda, R\$ 1.282.724,00 (7,0%) foram direcionados para a contratação direta, envolvendo 4 pesquisas.

As análises mostram que o fomento aos projetos em A&N não se distribuiu igualmente ao longo dos anos (Tabela 1). Ocorreu uma concentração de pesquisas contratadas nos anos de 2004 e 2005, em função do lançamento de duas chamadas específicas para contratação direta e de chamadas na modalidade de fomento nacional, logo após o lançamento da ANPPS, que contemplaram linhas de pesquisas relacionadas com a área. As demais pesquisas contratadas nessa temática, por meio da modalidade fomento nacional, foram provenientes de chamadas com linhas de pesquisas amplas, sem

direcionamento para áreas específicas do conhecimento, que possibilitaram a submissão de propostas de pesquisas com foco na área.

Tabela 1: Distribuição de projetos contratados sobre a subagenda Alimentação e Nutrição por modalidades de fomento e total de recursos, no período de 2002 a 2017

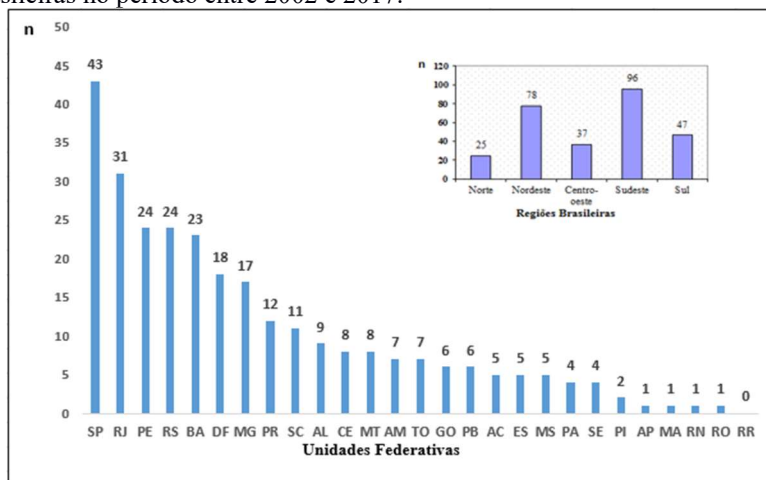
| Modalidade de fomento | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
|-----------------------|----------|----------|------------|------------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|------------|
| Fomento nacional | 0 | 0 | 84 | 99 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 187 |
| PPSUS | 2 | 4 | 15 | 7 | 11 | 1 | 1 | 17 | 5 | 0 | 1 | 23 | 3 | 0 | 2 | 0 | 92 |
| Contratação direta | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Total | 2 | 4 | 101 | 107 | 12 | 1 | 1 | 17 | 7 | 1 | 1 | 24 | 3 | 0 | 2 | 0 | 283 |

Fonte: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/>. Acesso em 03.01.2018.

No entanto, na modalidade fomento descentralizado – PPSUS, verifica-se que as pesquisas se distribuem ao longo dos anos, com maior concentração em 2004, 2006, 2009 e 2013, sendo que nos anos de 2011, 2015 e 2017 não houve nenhuma pesquisa financiada na área por meio do PPSUS. Em relação à modalidade “contratação direta”, observa-se que foram fomentadas apenas duas pesquisas em 2004, uma em 2005 e uma em 2011 (Tabela 1), no valor global de R\$ 1.282.724,00, denotando o aspecto de excepcionalidade que essa modalidade de fomento deve ter.

A distribuição do número de pesquisas fomentadas envolvendo a temática A&N por UF (gráfico 1) permite evidenciar que há concentração nos seguintes estados: São Paulo (43), Rio de Janeiro (31), Pernambuco (24), Rio Grande do Sul (24), Bahia (23), Distrito Federal (18) e Minas Gerais (17). Assim, considerando as regiões brasileiras, verifica-se que todas foram contempladas com fomento, sendo que a maior parte das pesquisas foram contratadas nas regiões Sudeste (96) e Nordeste (78). A região Norte foi a menos beneficiada com recursos do Decit nessa temática.

Gráfico 1: Distribuição numérica dos projetos de pesquisas em A&N contratados pelo Decit/SCTIE, por unidade federativa e regiões brasileiras no período entre 2002 e 2017.



Fonte: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/>. Acesso em 03.01.2018

Ao verificar os estudos contratados quanto ao tipo de pesquisa (tabela 2), observa-se o predomínio de pesquisas epidemiológicas (95), seguidas de pesquisa clínica (49) e de pesquisa em saúde coletiva (38), tanto na modalidade fomento nacional quanto no fomento descentralizado. Observa-se que os maiores montantes de recursos investidos foram oriundos da modalidade fomento nacional. As contratações diretas foram distribuídas igualmente entre pesquisas epidemiológicas, saúde coletiva e desenvolvimento tecnológico, sendo que o valor maior de recurso alocado envolveu uma pesquisa relacionada à saúde coletiva.

Quatorze pesquisas não foram classificadas pelo Decit, estando enquadradas na categoria “em fase de classificação/não informado”.

Tabela 2: Distribuição das pesquisas por tipo e modalidade de fomento e recursos investidos no período de 2002 a 2017

| Tipo de pesquisa | Fomento nacional | | | Fomento descentralizado | | | Contratação direta | | | Totais | |
|---|------------------|---------|--------------|-------------------------|--------|--------------|--------------------|-------|--------------|--------|--------------|
| | N | (%) | Valor (R\$) | N | (%) | Valor (R\$) | N | (%) | Valor (R\$) | N | Valor (R\$) |
| Epidemiológica | 60 | (63,0) | 4.303.097,18 | 34 | (36,0) | 1.893.550,89 | 1 | (1,0) | 92.616,00 | 95 | 6.289.264,07 |
| Pesquisa clínica | 36 | (72,0) | 1.976.278,02 | 13 | (28,0) | 879.377,09 | 0 | (0,0) | 0,0 | 49 | 2.755.655,11 |
| Pesquisa em saúde coletiva | 32 | (84,0) | 1.526.524,16 | 5 | (13,0) | 369.330,14 | 1 | (3,0) | 1.000.000,00 | 38 | 2.895.854,30 |
| Desenvolvimento tecnológico | 23 | (92,0) | 1.244.295,61 | 1 | (4,0) | 41.103,80 | 1 | (4,0) | 141.476,00 | 25 | 1.426.875,41 |
| Pesquisa biomédica | 16 | (57,0) | 840.940,42 | 12 | (43,0) | 606.781,49 | 0 | (0,0) | 0,0 | 28 | 1.447.721,91 |
| Sistemas de saúde, planejamento e gestão de políticas, programas e serviços de saúde | 9 | (50,0) | 448.086,10 | 9 | (50,0) | 487.834,61 | 0 | (0,0) | 0,0 | 18 | 935.920,71 |
| Ciências sociais e humanas aplicadas em saúde | 8 | (100,0) | 633.335,14 | 0 | (0,0) | 0,0 | 0 | (0,0) | 0,0 | 8 | 633.335,14 |
| Outras ações de C&T | 3 | (37,0) | 109.340,00 | 5 | (63,0) | 105.118,27 | 0 | (0,0) | 0,0 | 8 | 214.458,27 |
| Não informado | 2 | (14,3) | 102.000,00 | 11 | (78,6) | 589.878,84 | 1 | (7,1) | 48.632,00 | 14 | 740.510,84 |

Fonte: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/> Acesso em 03.01.2018

Ao analisar a classificação dos projetos de pesquisa segundo os temas referentes à A&N da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa (ANPPS)⁹, conforme as modalidades de fomento (tabela 3), evidencia-se que Segurança Alimentar, tanto no fomento nacional como no descentralizado, foi o mais contemplado. Ainda, a modalidade contratação direta também teve um estudo relacionado a esse tema.

Pesquisas sobre carências nutricionais por micronutrientes tiveram uma demanda considerável no fomento descentralizado (16,9%). Entretanto, apesar de serem temas relacionados, não houve a contratação de estudos sobre desnutrição energético-proteica nas UF por meio do PPSUS. Sobre o tema amamentação e alimentação complementar da criança, que possui apenas 3 linhas de pesquisa que abordam a amamentação, os condicionantes sociais e biológicos, a situação de saúde e nutrição da criança durante o aleitamento e a complementação alimentar do desmame, foram contratados apenas dois estudos por meio do PPSUS no período de 2002 a 2014.

Projetos relacionados ao sobrepeso e obesidade, o desenvolvimento e validação de metodologias, seguidos daqueles sobre carências nutricionais por micronutrientes destacaram-se igualmente na modalidade fomento nacional, além das já referidas pesquisas sobre segurança alimentar. No tema relativo a desenvolvimento e validação de metodologias, enquadram-se pesquisas sobre métodos de informação, comunicação, educação, para avaliação de ações, programas e políticas públicas, além de métodos para manejo clínico dos problemas nutricionais específicos. Nos demais estão contemplados estudos sobre determinantes e fatores de risco, modelos preditivos, avaliação de políticas e programas de saúde sobre os temas, entre outros.

Tabela 3: Distribuição das pesquisas segundo os temas relacionados à A&N contidos na ANPPS, por modalidade de fomento, no período de 2002 a 2017

| Temas da subagenda A&N | Fomento nacional | | Fomento descentralizado | | Contratação direta | | Total |
|--|------------------|-------|-------------------------|------|--------------------|-----|-------|
| | N | % | N | % | N | % | |
| Segurança alimentar | 72 | 62,1 | 43 | 37,1 | 1 | 0,9 | 116 |
| Carências nutricionais por micronutrientes | 23 | 57,5 | 15 | 37,5 | 2 | 5,0 | 40 |
| Sobrepeso e obesidade | 27 | 69,2 | 12 | 30,8 | 0 | 0,0 | 39 |
| Desenvolvimento e validação de metodologias | 27 | 75,0 | 8 | 22,2 | 1 | 2,8 | 36 |
| Amamentação e alimentação complementar da criança | 13 | 86,6 | 2 | 13,4 | 0 | 0,0 | 15 |
| Desnutrição energético-proteica | 7 | 100,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 7 |
| Outros | 18 | 60,0 | 12 | 40,0 | 0 | 0,0 | 30 |

DISCUSSÃO

A partir de 2004, o investimento em pesquisa pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério de Saúde (MS) passa a dar ênfase na gestão da agenda de pesquisa em saúde. A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), criada a partir de um amplo processo de participação coletiva, se constitui como um instrumento de gestão pelo qual o MS detalha as prioridades de pesquisa para esse campo, com o objetivo de aumentar a seletividade e

capacidade de indução de iniciativas de fomento à pesquisa no país^{9,10}. Nesse contexto, compreende-se que para abarcar as necessidades do setor saúde a pesquisa em saúde deve incluir tanto a totalidade das atividades relacionadas à pesquisa clínica, biomédica e de saúde pública vinculadas às ciências da saúde, quanto às realizadas nas áreas das ciências humanas, sociais aplicadas, exatas e da terra, agrárias, engenharias e ciências biológicas com as quais apresentam vinculação^{11,12}.

Nesse âmbito, a área da Alimentação e Nutrição (A&N) integra uma das 24 subagendas das ANPPS e contempla seis grandes temas: segurança alimentar, amamentação e alimentação complementar, desnutrição energético-proteica, carências nutricionais por micronutrientes, sobrepeso e obesidade, desenvolvimento e validação de metodologias. Portanto, o investimento em pesquisas teve como objetivo contribuir para o preenchimento de lacunas do conhecimento, fornecendo subsídios para a tomada de decisões e formulação de políticas, ações e programas de saúde⁹.

Neste sentido, ao analisar a distribuição dos estudos por tipo de pesquisa, verifica-se que as pesquisas epidemiológicas, pesquisas clínicas e pesquisas em saúde coletiva predominaram, inferindo-se que os núcleos de saberes que conformam o campo científico de Alimentação e Nutrição no Brasil estão mais voltados para o desenvolvimento desses tipos de pesquisa¹².

A predominância de pesquisas epidemiológicas submetidas ao Decit, tanto no fomento nacional como no descentralizado, demonstra a necessidade de diagnósticos situacionais nacionais e locais, uma vez que esse tipo de estudo é frequentemente utilizado para retratar os problemas de saúde de importância social, além de seus fatores condicionantes e seus determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais. Em contrapartida, quase a totalidade das pesquisas para o desenvolvimento tecnológico foi proveniente do fomento nacional, uma vez que essa modalidade necessita de *expertise* e conhecimento técnico-científico para a criação ou aprimoramento de novos materiais, equipamentos, produtos, processos e sistemas, mais comumente encontrados em grupos de pesquisadores consolidados.

O montante de recursos destinados para o fomento à pesquisa em A&N nas modalidades “Fomento Nacional” e “Contratação Direta”, ao longo do período considerado neste artigo, foi modulado pela sensibilidade e interesse dos tomadores de decisão do MS na promoção de pesquisas voltadas para este campo.

No entanto, as chamadas públicas lançadas nas Unidades Federativas (UF) por intermédio do “Fomento Descentralizado – PPSUS”, diferentemente das demais modalidades de fomento, seguem as diretrizes desse programa¹². As prioridades de pesquisas a serem contempladas nas linhas de pesquisas das chamadas são definidas em oficinas, por meio de ampla participação de pesquisadores, gestores, técnicos e controle social, organizadas pelas Fundações de Apoio à Pesquisa (FAP) de cada UF, com o apoio das Secretarias Estaduais de Saúde, onde as discussões são pautadas pela situação de saúde e pelas prioridades de pesquisa da unidade federativa, com apoio na ANPPS. O PPSUS

representa uma janela de oportunidade para a comunidade científica voltada para a área de A&N ao possibilitar a inclusão de linhas de pesquisas direcionadas para as necessidades locais.

Pode-se perceber que, ao longo do período estudado, a distribuição de estudos fomentados pelo PPSUS foi mais homogênea quando comparada à distribuição de estudos financiados nas modalidades “Fomento Nacional” e “Contratação Direta”, que praticamente concentraram grande parte dos estudos nos anos de 2004 e 2005. Pondera-se que nos anos que não tiveram estudos financiados pelo PPSUS na área, esse fato pode ter ocorrido em função de não ter tido chamadas lançadas pelas unidades federativas, ou por não terem sido contempladas linhas de pesquisas nas chamadas ou ainda por não ter sido aprovada nenhuma proposta de pesquisa em A&N no processo de julgamento das chamadas do PPSUS.

Quanto à distribuição do número de pesquisas por unidades federativas e macrorregiões brasileiras, a concentração na região Sudeste, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; no Nordeste, Pernambuco e Bahia; e Sul, no estado do Rio Grande do Sul, acompanha o padrão de concentração da pesquisa no Brasil. Vale considerar que a formação acadêmica em Nutrição se desenvolveu primeiramente nas regiões Sul e Sudeste, originando grupos de pesquisa consolidados nessas regiões^{12, 14, 15}. No entanto, gradativamente, a área de Nutrição foi se expandindo para outras regiões do país. Nesse sentido, o PPSUS é um programa que favorece a expansão e a capilarização do campo de pesquisa nas demais regiões brasileiras, tendo em vista que ele opera na perspectiva de reduzir as desigualdades regionais na pesquisa em saúde e visa, principalmente, contribuir para a promoção da equidade, colocando a pesquisa em saúde a serviço dos sistemas locais de saúde¹³.

Nos estados com menor tradição no desenvolvimento de pesquisas em saúde, o Decit, por meio do PPSUS, contribuiu também para aumentar a experiência e a produção científica dos pesquisadores locais, tornando-os mais competitivos em âmbito nacional¹⁶. O programa teve o êxito de produzir adesão positiva para ações efetivas em C&T em unidades federativas onde não havia um histórico nessa área, traduzindo-se num forte aliado para a redistribuição de forças no cenário de C&T¹⁷.

No entanto, estudos têm verificado que nas UF onde as Fundações de Amparo à Pesquisa e as Secretarias Estaduais de Saúde estavam mais estruturadas foram aqueles que mais contribuíram para as ações de Ciência & Tecnologia (C&T) por meio do PPSUS, em função da maior tradição e capacidade científica instalada, impactando pouco para a mudança do *status quo*^{17,18}. Porém, em relação à subagenda de Alimentação e Nutrição, uma pesquisa observou uma distribuição regional equilibrada dos recursos investidos entre 2002 e 2008¹⁷.

Ademais, é importante mencionar que a superação das desigualdades regionais em C&T no Brasil teve início a partir de 1997 com a criação dos fundos setoriais, o que obrigou a priorização de 30% das regiões menos favorecidas. Todos os editais temáticos publicados pelo fomento nacional

entre 2004 a 2008 atenderam a essa obrigatoriedade de 30% do valor global para projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados à instituição de ensino superior ou de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na parte que institui mecanismo de financiamento para o PPSUS¹⁸.

Quanto às temáticas da ANPPS, é importante esclarecer que essas podem contemplar qualquer etapa da cadeia do conhecimento, da pesquisa básica até a operacional, sem restrições quanto às áreas do conhecimento envolvidas. Porém, vale ressaltar que a resolução dos problemas de saúde nem sempre é uma variável dependente da pesquisa em saúde e nem sempre há, no campo do saber e das práticas científicas e tecnológicas, conceitos, metodologias ou ferramentas adequadas para a produção de soluções por meio da pesquisa¹⁹.

A temática da subagenda de Alimentação e Nutrição que compõe a ANPPS mais contemplada no fomento à pesquisa do Decit foi a segurança alimentar. O foco nessa temática decorre do direcionamento da atividade de pesquisa para os setores de atividade social, refletindo o deslocamento do projeto nacional vigente, com atenção voltada ao mercado interno e às necessidades da população brasileira no que se refere à alimentação, inaugurando linhas de apoio à pesquisa com vistas, por exemplo, a uma política de segurança alimentar¹⁸. Além disso, a temática segurança alimentar contempla na ANPPS dezesseis linhas de pesquisa, perpassando várias áreas do conhecimento, abordando desde o consumo alimentar, valor nutricional dos alimentos, saberes e práticas alimentares, promoção da alimentação saudável, alimentação institucional, biodiversidade, segurança de alimentos até a avaliação de impactos de políticas públicas na segurança alimentar.

Esse contexto foi reflexo de uma nova conjuntura política inaugurada em 2003, que representou um ponto de inflexão nas políticas sociais ao colocar a questão do combate à pobreza e à fome no Brasil no centro da agenda governamental²⁰. Esse processo, do ponto de vista kingdoniano, demonstra que houve uma convergência de fatores que legitimaram essa nova agenda social no país: um contexto internacional propício para a formulação e implementação de programas de combate à pobreza em vários países do mundo e a ascensão ao poder de um grupo político identificado com a ideia da priorização de um programa de segurança alimentar²⁰. Nessa conjuntura, a segurança alimentar passa a ser um dos fios condutores da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a partir de 1999, orientando as suas diretrizes e configurando-se como um tema multidisciplinar, abarcando grande diversidade de linhas de investigação¹⁷.

Apesar de ter sido publicada em 2004, a ANPPS traz temas que podem ser considerados ainda atuais. Além disso, foi possível enquadrar praticamente todos os estudos contratados conforme os temas disponíveis na subagenda Alimentação e Nutrição, sendo classificados em ‘outros’ apenas estudos mais recentes fomentados pelo PPSUS, e aqueles que versaram sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tendo em vista que a subagenda traz somente sobrepeso e obesidade dentre

todas as DCNT. Destaca-se também que, como o tema Alimentação e Nutrição é transversal, várias outras subagendas possuem em seus temas linhas que tratam sobre esse assunto, como a subagenda "Saúde dos Povos Indígenas" ou a subagenda "Saúde da Criança e do adolescente", que abordam hábitos alimentares, desnutrição e carências nutricionais.

A transversalidade das subagendas da ANPPS foi atestada em estudo que observou que projetos apoiados pelo fomento nacional e descentralizado (PPSUS) apresentavam transversalidade com dez subagendas, sendo que as que mais se destacaram foram a agenda de Doenças Crônicas (Não-transmissíveis) com 5,4%, a agenda de povos indígenas e a agenda relacionada à saúde da criança e do adolescente, ambas com 5,0%¹⁸.

Cabe ressaltar que o presente estudo foi desenvolvido com base nas informações do repositório Pesquisa Saúde, que contém lacunas no seu preenchimento, bem como apresenta como limitação a impossibilidade de avaliar o impacto dos resultados dessas pesquisas no SUS.

CONCLUSÃO

Destaca-se que os esforços empreendidos pelo Ministério da Saúde para fomentar pesquisas voltadas para o campo da alimentação e nutrição têm sido importantes para promover a expansão da Ciência e Tecnologia na área, gerar conhecimento e enfrentar as disparidades regionais na distribuição dos recursos. No entanto, há a necessidade de estudos visando compreender a participação dos resultados das pesquisas na tomada de decisão em âmbito regional e nacional e na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Pesquisas estratégicas para o sistema de saúde - PESS. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
2. Brasil. Decreto nº 8.095, de 07 de agosto de 2013. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde e remaneja cargos em comissão. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8065.htm
3. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Pesquisa em Saúde no Brasil. Rev Saúde Pública, 2008; 42 (4):773-775.
4. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. DECIIT- Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Saúde; 2013, 16 p.
5. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão 2008 do Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde (Decit) / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
6. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. Pesquisa para saúde: contribuições aos 20 anos do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
7. Weiss CH. The many meanings of research utilization. Public administration review, September/October, 1979.
8. Targino MGA. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. Informação & Sociedade: Estudos, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/1182>>. Acesso em: 29 Jul 2016.
9. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia – 2ª ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
10. Guimarães R. Pesquisa em saúde no Brasil: contexto e desafios. Rev. Saúde Pública, 40 (nº especial): 3-10, 2006.
11. Canesqui AM. Pesquisas qualitativas em nutrição e alimentação. Rev. Nutr., Campinas, 2009; 22(1): 125-139.
12. Kac G, Proença RPC, Prado SD. A criação da área “nutrição” na Capes. Rev Nutr., Campinas, 2011; 24(6): 905-16.

13. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – Diretrizes técnicas / Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. 5ª ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2014.
14. Prado SD, Bosi MLM, Carvalho MCVS, Gugelmin SA, Klotz J, Delmaschio KL et al. A pesquisa sobre alimentação no Brasil: sustentando a autonomia do campo alimentação e nutrição. *Ciênc Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 2011; 16(1): 107-19.
15. Vasconcelos FAG, Calado CLA. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. *Rev. Nutr.*, Campinas, 2011; 24(4): 605-617.
16. Ministério da Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Descentralização no contexto do fomento `pesquisa em saúde. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 2011; 45(3): 626-30.
17. Peters LR. O Programa Pesquisa Para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS como ferramenta de descentralização do fomento à pesquisa em saúde. [Tese de Doutorado] São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2013.
18. Chagas CP. Análise do fomento à agenda de prioridades de pesquisa em saúde relacionadas ao tema de alimentação e nutrição no Brasil entre 2004 e 2008. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro (RJ): Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2011.
19. Guimarães R. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2):375-387, 2004.
20. Tomazini CG, Leite CKS. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2016, vol.24, n.58, pp.13-30. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245801>